

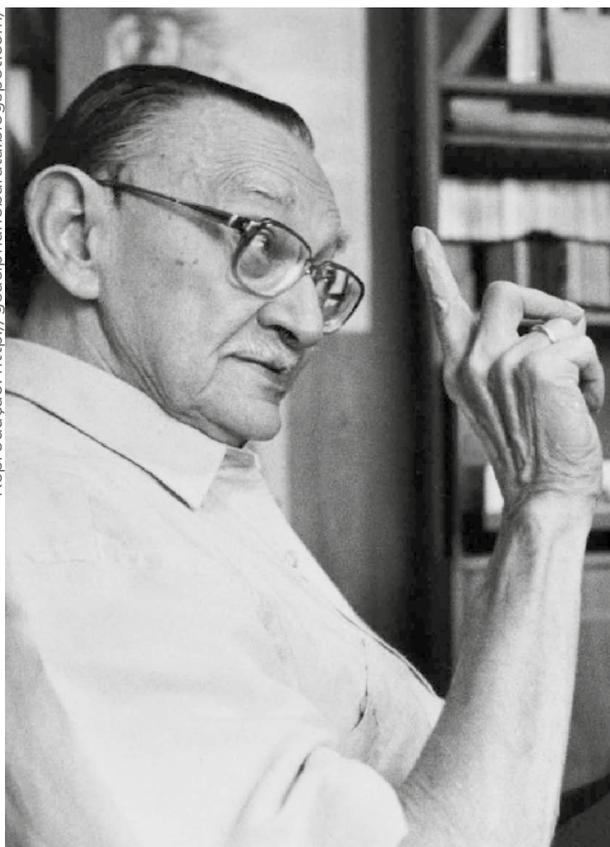
Ignácio Rangel e Ruy Mauro Marini sobre o departamento I de bens de capital

Ignácio Rangel and Ruy Mauro Marini on department I of capital goods

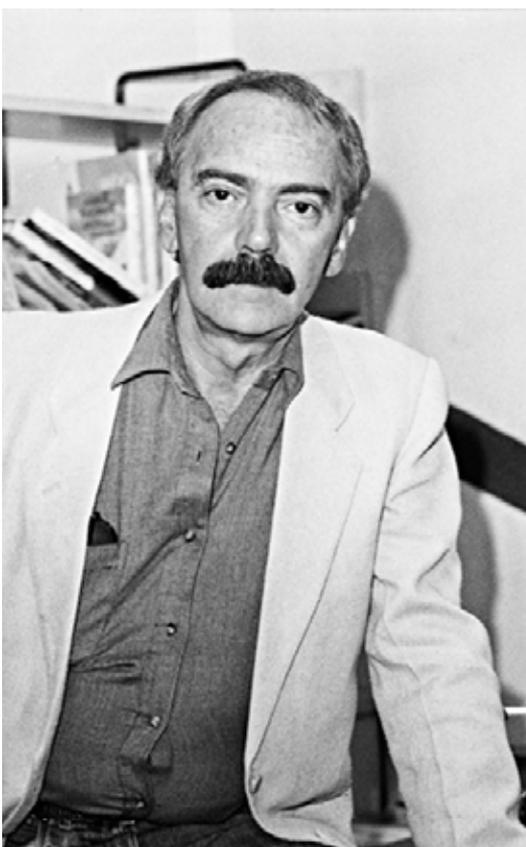
Arthur Porto Pereira da Silva*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.165.004>

Reprodução: <http://geaciprianobarata.blogspot.com/>



Reprodução: <https://marini-escritos.unam.mx/>



O economista maranhense Ignácio Rangel (1914-1994) e o cientista social mineiro Ruy Mauro Marini (1932-1997)

RESUMO

O presente artigo procura comparar os corpos teóricos de Ignácio Rangel e Ruy Mauro Marini no que tange à cisão da economia nacional nos departamentos I e II proposta no livro 2 de *O Capital*, de Marx, conforme seus esquemas de descrição da rotação do capital. Demonstra-se que, apesar da concordância de ambos os autores a respeito do quadro crônico de subconsumo popular, a diferença fundamental entre eles reside em que Marini e os “dependentistas” atribuem centralidade ao comércio internacional, tanto para a realização do valor do produto como para a aquisição dos bens de capital, enquanto para Rangel a questão central é a sustentação da demanda agregada por meio da operacionalização da dialética da capacidade ociosa. Para tanto, os dois corpos teóricos são comparados, à luz das contribuições teóricas em Marx e Lênin, procurando-se ressaltar a centralidade da assimetria na relação entre os dois departamentos para o desenvolvimento capitalista. Por fim, conclui-se que essas diferentes visões resultam em diferentes concepções acerca da contradição central do capitalismo.

Palavras-chave: Ruy Mauro Marini. Rotações do capital. Desenvolvimento. Ignácio Rangel.

ABSTRACT

The article compares the theoretical frameworks of Ignácio Rangel and Ruy Mauro Marini in what deals with the division of the national economy in departments I and II proposed in volume 2 of *Capital* and its rotation schemes. Despite the agreement of both authors in which regards to the chronical popular subconsumption, the fundamental difference relies upon the privilege conferred to the international commerce both to the realization of value of the product and for the acquisition of capital goods in the case of the *dependentistas*, while to Rangel the central question is the sustaining of aggregate demand through the operationalization of the idle capacity dialectics. For that, the theoretical frameworks are compared in the light of the theoretical contributions of Marx and Lenin, seeking to emphasize the centrality of the asymmetric relation between both departments for capitalist development. Finally, it is concluded that these different visions result in different concepts regarding the central contradiction of capitalism.

Keywords: Ruy Mauro Marini. Capital rotations. Development. Ignácio Rangel.

1. INTRODUÇÃO

O conceito de *acumulação geral* ocupa um espaço de destaque na obra marxiana, como primeira manifestação em sentido estrito da *luta de classes* no corpo teórico de sua maturidade. O aumento da *composição orgânica de capital*¹ imprime processualidade ao capitalismo, caracterizando seu desenvolvimento no tempo. Mas também no espaço: a expansão geográfica do capitalismo é o desenvolvimento de sua contradição imanente em busca de uma solução precária e provisória para a *lei tendencial de queda da taxa de lucro*, derivada do aumento da COC. Tendo em conta o conceito de acumulação geral, o livro 2 de *O Capital* (MARX, 2014) se ocupa precipuamente das rotações do capital no processo produtivo, e notadamente da divisão da economia capitalista em dois setores fundamentais: o departamento I, produtor de bens de capital, e o departamento II, produtor de bens de consumo.

Os corpos teóricos de Ruy Mauro Marini e Ignácio Rangel se ocuparam exaustivamente desse duplo aspecto da acumulação geral. Isto é, em primeiro lugar, a particularidade da formação econômico-social brasileira em uma economia política mundial determinada pela acumulação geral, e, em segundo lugar, como se inter-relacionam os dois setores fundamentais da economia nacional, dadas as especificidades dessa formação econômico-social.

O presente artigo procura comparar as visões de Ruy Mauro Marini e de Ignácio Rangel a respeito das rotações de capital e das inter-relações entre os setores de produção de bens de consumo e de bens de capital na formação econômico-social brasileira no período compreendido entre a Revolução de 1930 e a ascensão do neoliberalismo nos anos 1980. A fim de empreender tal comparação, buscaremos, em primeiro lugar, sistematizar as contribuições teóricas de ambos os autores no que tange às rotações de capital e à inter-relação dos dois setores básicos na economia nacional. Em seguida, discutiremos, à luz de Lênin e Marx, o problema da rotação do setor de bens de capital. Considerando esses elementos, proporemos um debate entres os corpos teóricos de Marini e Rangel com base em desdobramentos teóricos de alguns epígonos de ambos os autores.

2. RUY MAURO MARINI E AS “ROTAÇÕES EM ABERTO” DO CAPITAL

Considerado um dos principais expoentes da teoria marxista da dependência, Ruy Mauro Marini oferece contribuições que devem ser lidas no contexto da crise dos anos 1960 e em resposta ao crescimento econômico experimentado no chamado “milagre econômico” (1967-1973) do regime empresarial-militar, fenômeno que contrariou as expectativas teóricas de estagnação e saturação do processo de substituição de importações, como proposta por Celso Furtado² a respeito da crise dos anos 1960.

Convém ressaltar que o corpo teórico de Ruy Mauro Marini foi bastante influenciado pela publicação de “Desarrollo del subdesarrollo”, de André Gunder Frank, em 1967³. O

¹ Doravante abreviada como COC.

² Furtado (2016) atribuiu centralidade ao perfil extremamente concentrado da distribuição de renda no Brasil, o que redundaria em subconsumo crônico que estabeleceria um “teto” pelo lado da demanda para o processo desenvolvimentista brasileiro, calcado na substituição de importações. Essa seria a explicação para a crise econômica e política da primeira metade dos anos 1960. Como veremos ao longo do artigo, tanto Marini como Rangel também deram centralidade a essa questão, empreendendo, entretanto, teorizações bastante distintas. Porém, ambas concordam no diagnóstico a respeito do subconsumo popular.

³ Para comentários a respeito da importância de “Desarrollo del subdesarrollo” para a formação da tradição teórica “dependentista”, conferir, entre outros (MARTINS, 2011).

ponto central da argumentação do “dependentista” é que as formações econômico-sociais periféricas não são versões inacabadas de suas contrapartes no centro da economia mundial:

Afirma-se geralmente que o desenvolvimento econômico ocorre em uma sucessão de etapas capitalistas e que os atuais países subdesenvolvidos ainda estão em uma etapa às vezes qualificada como etapa histórica original, pela qual as atuais nações desenvolvidas passaram há muito tempo. No entanto, o mais modesto conhecimento da história mostra que o subdesenvolvimento não é nem original nem tradicional e que nem o passado nem o presente dos países subdesenvolvidos se assemelham, em nenhum conceito importante, ao passado dos países atualmente desenvolvidos. Os países agora desenvolvidos nunca foram subdesenvolvidos, embora possam ter estado pouco desenvolvidos (FRANK, 1967, p. 160, tradução nossa).

Desse modo, no lugar de um desenvolvimento em paralelo dos países, seguindo etapas pré-estabelecidas, os países conformariam um todo mundial, cujos vínculos estruturariam um sistema hierárquico de nações e, internamente a elas, entre regiões centrais e periféricas. O desenvolvimento dessa relação é a *reprodução ampliada* da dependência, configurando um aprofundamento das relações capitalistas marcado pelo agravamento da assimetria econômica entre as nações.

O corpo teórico de Marini parte dessa mesma premissa. No entanto, o pensador mineiro diverge de Gunder Frank, procurando estabelecer a *differentia specifica*⁴ da dependência no capitalismo maduro em relação à ordenação hierárquica do sistema colonial ibérico anterior ao complexo de revoluções atlânticas no início do século XIX⁵. Sua principal obra, *Dialética da dependência* (MARINI, 2011a), é iniciada com uma discussão a respeito da teoria cepalina da deterioração dos termos de intercâmbio por meio da distinção entre valor e preço, no sentido marxiano. Nessa toada, a produção dos países latino-americanos responde passivamente aos estímulos ditados pelo centro capitalista, atendendo às necessidades de acumulação dessas nações. No livro 1 de *O Capital* (MARX, 2017a), o aumento de produtividade por si só não é suficiente para aumentar o mais-valor capturado pelo capitalista individual; o que ocorre é que mais produtos (vistos sob a ótica qualitativa, enquanto valor de uso) são produzidos no mesmo tempo. É a diminuição do valor unitário da mercadoria que permite ao capitalista individual vendê-la por um preço maior do que o do trabalho abstrato nela corporificado e menor do que o valor social da mercadoria em questão⁶. Com isso, o capitalista individual recebe um mais-valor extraordinário, aguilhão que incentiva a competição entre capitais individuais para o aumento de sua produtividade. Com a generalização do uso das tecnologias entre as diferentes firmas, o valor social daquela categoria de mercadoria é reduzido, diminuindo o tempo de trabalho necessário para a reprodução do valor da força de trabalho⁷ e configurando assim o mais-valor relativo. De modo análogo ao

⁴ Note-se que essa distinção é a mesma partilhada por diversos autores terceiro-mundistas no período entre a Segunda Guerra Mundial e o segundo choque do petróleo, em 1979, como, por exemplo, Kwame Nkrumah.

⁵ Cumpre destacar que, diferentemente de “Desarrollo del subdesarrollo”, de Gunder Frank, que tem a pretensão de generalidade em relação a todo o mundo periférico, Marini (2011a) foca mais explicitamente a especificidade latino-americana.

⁶ Como veremos adiante, Borges Neto (2011) promove um *aggiornamento* desse argumento de Marini, reposicionando as categorias de valor individual e valor social no mercado mundial.

⁷ Sobretudo no caso de bens-salário.

Dada a composição orgânica do capital menor das firmas das nações periféricas, o expediente para defender suas taxas de lucro contra a compressão provocada pela deterioração dos termos de intercâmbio é aumentar a massa de mais-valor produzida absolutamente

que ocorre com as empresas individualmente consideradas, as nações detêm monopólios precários ou com certa perenidade de tecnologias, que lhes permitem capturar um “mais-valor extraordinário” no mercado mundial. Esses monopólios ou oligopólios tecnológicos explicam como as nações centrais podem vender seus produtos — em geral, manufaturados — por preços superiores a seu valor, deteriorando os termos de intercâmbio dos países periféricos. Essa elisão da lei do valor marxiana opera uma transferência de valor em sentido estrito dos países periféricos em favor das nações centrais.

Essa transferência de valor é da mesma natureza que a descrita por Marx no livro 3 de *O Capital* (MARX, 2017b) a respeito da *equalização das taxas de lucro*⁸. O *preço de produção*⁹ é conceituado como preço de custo mais a taxa média de lucro marxiana. Isto é, a soma algébrica do capital variável e do capital constante empregados na produção da mercadoria, mais o lucro médio, calculado sobre a massa total de mais-valor dividida pelo capital social total adiantado, tanto variável como constante, dividido *pro rata* entre as firmas individuais segundo o total de capital adiantado por cada uma. Considerando capitais de firmas com diferentes COCs¹⁰, uma vez equalizadas as taxas de lucro¹¹, há transferência de valor em sentido estrito das firmas de COC menor para as de maior emprego de capital constante, considerada a mesma taxa de exploração para todas as firmas. Assim, as empresas de maior capital variável produzem massa de mais-valor maior do que as de capital constante superior, e, portanto, tomando as taxas de lucro como idênticas, esse valor adicional é transferido para as companhias de maior COC quando suas mercadorias se defrontam no mercado.

8 Há diversas premissas para a equalização da taxa de lucro que se tornam bastante complicadas no mercado mundial empírico, a começar por um mercado de capitais perfeito, com nenhuma assimetria informacional, que permita a sua distribuição ideal de acordo com a massa de lucro marxiano entre firmas.

9 Esse conceito é explicitamente citado na segunda seção de *Dialética da dependência*.

10 O correto seria pensar pela ótica da *composição de valor do capital*, mas isso causaria problemas relacionados com questões distintas do binômio produtividade/tecnologia, como, por exemplo, no caso de matérias-primas com alto valor.

11 Essa problemática está no cerne da polêmica a respeito da transformação de valor em preço, que não será objeto do presente artigo.

Em outro capítulo do livro 3, versando sobre as causas contra-arrestantes da lei tendencial de queda da taxa de lucro, Marx descreve um mecanismo de mercado mundial bastante similar:

Os capitais investidos no comércio exterior podem produzir uma taxa de lucro mais elevada porque nesse caso, em primeiro lugar, compete-se com mercadorias produzidas por outros países, com menos facilidades de produção, de modo que o país mais avançado vende mercadorias acima de seu valor, embora mais baratas que os países concorrentes. Na medida em que aqui o trabalho do país mais adiantado se valoriza como trabalho de maior peso específico, aumenta a taxa de lucro ao vender-se como qualitativamente superior o trabalho que não foi pago como tal. [...] É exatamente como o fabricante que, utilizando um novo invento antes que este se generalize, vende mais barato que seus competidores e, não obstante, vende sua mercadoria acima do valor individual, isto é, que valoriza como mais-trabalho a força produtiva especificamente mais elevada do trabalho por ele empregado. Ele realiza, assim, um lucro extra [*surplus profit*]. [...] O país favorecido recebe mais trabalho em troca de menos trabalho, embora essa diferença, esse excedente, tal como no intercâmbio entre o trabalho e o capital em geral, seja embolsado por uma classe determinada (MARX, 2017b, p. 276-277).

Dada a COC menor das firmas das nações periféricas, o expediente para defender suas taxas de lucro contra a compressão provocada pela deterioração dos termos de intercâmbio é aumentar a massa de mais-valor produzida absolutamente. Marini ressaltava três mecanismos básicos para tanto¹², todos redundando na remuneração do trabalhador abaixo do valor necessário para sua reprodução normal, o que corresponde ao conceito marxiano de *superexploração*, resultando no crônico subconsumo popular no Brasil e na América Latina¹³. É por isso que o valor das mercadorias produzidas pelas firmas periféricas é realizado precipuamente no comércio externo, caracterizando uma forma específica de circulação do capital, em aberto.

Essa rotação em aberto do capital implica o divórcio relativo entre produção e circulação das mercadorias, pois o consumo dos trabalhadores latino-americanos não desempenha papel relevante na composição da demanda. Por outro lado, o mais-valor não acumulado e consumido tanto pela burguesia como pelas camadas não produtivas (burocratas, profissionais liberais, setor de serviços e comércio etc.) também se daria principalmente por via de importações. Essa distinção cinde o consumo em uma “esfera alta” e uma “esfera baixa”, uma oposta à outra.

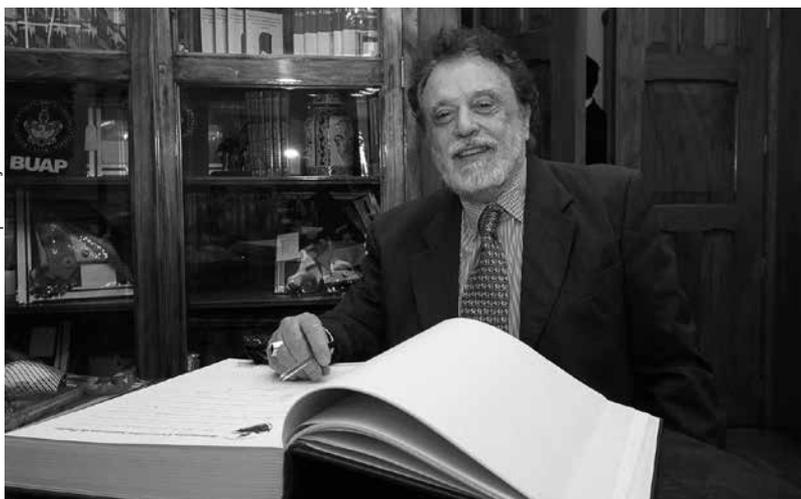
Nesse sentido, quando ocorre o processo de industrialização da América Latina¹⁴, ele se dá sobre as bases da economia exportadora prévia. Nos processos de industrialização dos países centrais, os aumentos de produtividade deslocam o consumo de bens da esfera alta para a esfera baixa, uma vez saturada a demanda da primeira esfera¹⁵. Já nos países lati-

¹² A intensificação e a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do fundo de reprodução.

¹³ Esse mecanismo seria insustentável mesmo do ponto de vista da acumulação, não fossem os amplos exércitos de reserva industrial das nações latino-americanas, que agem não só deprimindo a capacidade de barganha dos trabalhadores, mas também repondo os trabalhadores exauridos pela superexploração.

¹⁴ A causa motriz é a compressão da balança de pagamentos dos países latino-americanos, segundo a interpretação convergente de Marini, autores da tradição cepalina e outros pensadores, como Rangel.

¹⁵ Marini também cita a importância do aumento dos salários reais dos trabalhadores dos países centrais pela distribuição parcial do excedente extraído das nações periféricas para esse deslocamento.



O economista
Theotonio dos Santos
(1936-2018)

no-americanos, considerando-se que o consumo dos trabalhadores é relevante para as firmas somente pela taxa de exploração e não como componente da demanda, é pelo aumento do consumo da esfera alta¹⁶ que se processa a acumulação dependente. Daí o recurso tanto ao agravamento da superexploração, com conseqüente piora no quadro de subconsumo popular, como ao capital externo, visando ao aumento da produtividade através de aumento parcial da COC pela tecnologia estrangeira.

Esse segundo recurso caracteriza a acumulação dependente na fase de industrialização, mantendo as rotações em aberto do capital, agora no departamento I de bens de capital. Mais uma vez, é a resposta passiva da periferia capitalista ao seu centro a chave para compreender esse manejo do capital externo:

[No pós-guerra,] verificara-se um grande desenvolvimento do setor de bens de capital nas economias centrais. Isso levou, por um lado, a que os equipamentos ali produzidos, sempre mais sofisticados, tivessem de ser aplicados no setor secundário dos países periféricos; surge então, por parte das economias centrais, o interesse de impulsionar nestes o processo de industrialização, com o propósito de criar mercados para sua indústria pesada. Por outro lado, na medida em que o ritmo do progresso técnico reduziu nos países centrais o prazo de reposição do capital fixo praticamente à metade, colocou-se [sic] para esses países a necessidade de exportar para a periferia equipamentos e maquinário que já eram obsoletos antes de que [sic] tivessem sido amortizados totalmente (MARINI, 2011a, p. 166-167).

É desse modo que a rotação em aberto do capital configura o “novo anel da espiral” da dependência, agora caracterizada por uma nova divisão internacional do trabalho¹⁷, na qual compete aos países periféricos a indústria de baixa intensidade tecnológica voltada para o consumo de suas respectivas esferas altas. Com a saturação da demanda solvente da esfera alta, que

¹⁶ A ampliação da demanda solvente da esfera alta se dá principalmente pela ação do Estado ao aumentar o consumo dos extratos não produtivos por via da tributação regressiva e pela conjugação de inflação com arrocho salarial, que transfere renda da esfera baixa para a esfera alta. É interessante notar a convergência desse raciocínio de Marini para a ideia de “ampliação do leque salarial”, em Tavares (1979).

¹⁷ Interessante notar que Marini também comenta essa assimetria tecnológica entre as nações centrais, com os Estados Unidos no ápice do sistema mundial capitalista em detrimento de países da Europa Ocidental e do Japão.

Marini localiza justamente na crise dos anos 1960, dada a restrição do consumo popular da esfera baixa em virtude da superexploração, cria-se mais uma vez a necessidade de realização do valor dos produtos da indústria dependente no comércio externo, pelo recurso ao subimperialismo, com a exportação de bens manufaturados para outros países periféricos. Portanto, tanto a “estrutura mundial” de Gunder Frank como o seu “desenvolvimento do subdesenvolvimento” são “suprassumidos” na concepção de Marini da nova divisão do trabalho internacional.

Cumprido destacar que, em *Imperialismo y dependencia*, Santos (2011) atribui um grau maior de concretude nas rotações em aberto do capital nos países periféricos por meio da crítica do papel das empresas transnacionais. O mercado interno das companhias transnacionais, que compram bens de capital em suas matrizes, nos países centrais, desempenha a função de investir o mais-valor acumulado pelas compras ao departamento I¹⁸.

3. IGNÁCIO RANGEL E O DEPARTAMENTO I PRÉ-INDUSTRIAL

O corpo teórico de Ignácio Rangel não pode ser desligado das clássicas polêmicas no seio dos pensadores marxistas nacionais a respeito da classificação do modo de produção brasileiro — embora tampouco possa ser reduzido a somente isso. Como o próprio economista maranhense afirmou em diversas ocasiões¹⁹, sua *teoria da dualidade brasileira* é o eixo estruturador de todo o seu pensamento.

Em polêmica com Jacob Gorender a respeito do conceito de modo de produção, Rangel (2012b, p. 623-645) defende o rol taxativo dos *modos de produção fundamentais* da literatura marxista ortodoxa de seu tempo²⁰, qual seja: comunismo primitivo, escravidão, feudalismo, capitalismo e comunismo. A réplica à provocação de Gorender, que indaga qual o papel da escravidão em uma formação econômico-social feudal, passa pela distinção entre modos de produção fundamentais e não fundamentais. A primeira categoria tem como critério central para sua classificação a posse por parte da classe dominante de determinado momento do processo de trabalho. Desse modo, a escravidão é determinada pela posse da pessoa em situação de escravidão, a servidão, pelo monopólio da terra pela classe de senhores (cláusula “nenhuma terra sem senhor”), e o capitalismo, pelo controle de todos os meios de produção pela burguesia enquanto classe. A exaustividade do rol de modos de produção fundamentais é assegurada pela completude lógico-concreta dos momentos do processo de trabalho elencados no livro 1 de *O Capital*: sujeito do trabalho e meios de produção, cindidos em meios de trabalho e objetos de trabalho. Assim, os modos de produção, enquanto *fundamentais*, são momentos universais abstratos da subsunção da singularidade da formação econômico-social a seu conceito, o que permite sua combinação, desde que estruturados de modo não reificado, demonstrando a contradição central que contém seu devir. Por conseguinte, abre-se a possibilidade de *modos de produção não fundamentais*²¹ para a apreensão das formações econômico-sociais concretas, categoria em que se inserem as *dualidades brasileiras*.

¹⁸ Como veremos adiante, Theotonio dos Santos distingue entre transnacionais e economias de enclave pelo volume de compras que elas realizam na economia-hóspede.

¹⁹ Por exemplo, no excerto autobiográfico (RANGEL, 2012a, p. 681-688), entre outros.

²⁰ Cabe destacar que, nessa réplica a Gorender, Rangel ressalta a centralidade do problema do “modo de produção asiático” para essa teorização. Como a polêmica sobre o modo de produção brasileiro não é o objeto deste artigo, escusamo-nos de aprofundar esse debate por ora.

²¹ O termo deve ser compreendido como uma metáfora química, que permite a combinação dos modos de produção fundamentais em diversos modos não fundamentais.

Foto: joasouza/Depositphotos



Trabalhador da linha de montagem de motores da fábrica Ford no Polo Industrial da cidade de Camaçari (BA), 2014

Na obra da maturidade rangeliana, com destaque para os artigos “História da dualidade brasileira” (RANGEL, 2012b, p. 655-685) e “Dualidade e ciclo longo” (RANGEL, 2012b, p. 697-711), esses modos de produção fundamentais estão organizados em dois polos no seio da formação econômico-social brasileira, um interno e outro externo. Por sua vez, esses polos são cindidos em dois lados cada um, um interno e outro externo, conformando quatro segmentos no total, organizados em dois pares. É mister ressaltar que o lado externo do polo externo não se encontra no Brasil em nenhuma das quatro *dualidades brasileiras* analisadas por Rangel²², e é a representação no conceito da inserção subordinada e periférica dessa formação econômico-social na economia mundial.

A *teoria da dualidade brasileira* procura enfatizar o modo ativo e particular como a formação econômico-social brasileira responde aos estímulos emanados do centro capitalista mundial na forma de ciclos longos, que na classificação canônica de Kuznets (1940) são os *ciclos de Kondratiev*, cuja duração é de aproximadamente 50 anos, divididos em uma fase ascendente e outra descendente, cada uma perdurando cerca de 25 anos. Esses ciclos, determinados por paradigmas tecnológicos que abarcam largos períodos da história contemporânea, em sua fase descendente afetam a capacidade do Brasil de importar, provocando diferentes formas de substituição de importações ao longo da história nacional²³. Assim, se imaginarmos as dualidades e os ciclos de Kondratiev como senoides²⁴, aquelas apresentam uma defasagem em sentido estrito em relação a estes, com os momentos de transição nacional ocorrendo no período em que a economia mundial entra em sua fase de longo declínio²⁵.

²² A obra de Rangel se debruça principalmente sobre a *terceira dualidade*, que corresponde ao período desenvolvimentista propriamente dito (1930-1980). A *quarta dualidade* é somente esboçada, quase como especulação, em ensaio homônimo de 1980.

²³ A *substituição de importações da terceira dualidade* seria, assim, espécie do gênero de diversas outras similares ao longo da história do Brasil independente.

²⁴ Cumpre destacar que as *dualidades* são processuais, caracterizadas pela desagregação ao longo do tempo de seu polo arcaico em função da interiorização do modo de produção fundamental mais avançado.

²⁵ É interessante notar que Rangel destaca justamente a terceira dualidade como exceção a essa regra, mostrando que a entrada do centro capitalista em nova fase ascendente não provocou decaimento de nosso esforço de “autarcização” porque sua causa motriz, a compressão na balança de pagamentos, manteve-se vigente por todo o período. É somente no final do regime empresarial-militar que as novas *commodities* agrícolas passam a aliviar essa compressão. Conferir o manuscrito “Desenvolvimento industrial do Brasil e suas características dominantes”, de 1969, em Rangel (2012b, p. 605-622).

A *terceira dualidade*, em particular, se ocupa do período desenvolvimentista (1930-1980)²⁶ e é determinada pelo convívio do *feudalismo*, no lado interno do polo interno, com o *capitalismo mercantil*, no lado externo do mesmo polo. No lado interno do polo externo, temos o capitalismo industrial, que divide esse polo em seu lado externo com o *capitalismo financeiro* em sentido hilferdinguiano, representação da satelitização da economia brasileira pelo centro capitalista hegemônico pelos Estados Unidos por meio de suas transnacionais. Convém ressaltar que cada dualidade é marcada por um *pacto de poder* entre duas classes dominantes. Desse modo, na visão de Rangel, o período desenvolvimentista é determinado pela aliança da nascente burguesia industrial com a elite feudal, havendo hegemonia desta segunda classe, haja vista sua maturidade política forjada na transição da *segunda* para a *terceira dualidade*. É esse pacto de poder que conduz a Revolução de 1930 e todo o período posterior, reafirmado pelo golpe de 1964. Por essa razão, a reforma agrária se mostrou inviável no desenvolvimento capitalista brasileiro, pois romperia esse pacto fundamental.

A terceira dualidade deve ser entendida dinamicamente, pela contínua desagregação de seu polo feudal-mercantil. Desse modo, em “Inflação brasileira”, de 1963, Rangel afirma:

O capitalismo brasileiro recruta sua mão de obra num mercado convulsionado por todas essas manifestações da crise agrária, isto é, do processo de desagregação da velha estrutura agrária (feudal) e de sua conversão na nova estrutura agrária (capitalista). Em especial, age como elemento perturbador do mercado de trabalho capitalista a formação dos excedentes demográficos rurais, pois isto importa na formação de uma oferta excessiva de mão de obra, a qual deprime o poder de barganha das massas trabalhadoras do setor capitalista. Em síntese, o capitalismo brasileiro se desenvolve nas condições de um “exército industrial de reserva” exorbitante, cujo efeito é elevar a taxa de exploração do sistema (P/V) (RANGEL, 2012a, p. 576-577).

Essa elevada taxa de exploração resulta em baixa propensão para consumir por parte da classe trabalhadora, o que deprime a demanda agregada de toda a economia nacional. No entanto, a demanda é sustentada pelo componente de investimento em razão da compressão de nossa balança comercial a partir da crise de 1929 e da deflagração da fase descendente do Kondratiev no centro capitalista. Foi essa demanda reprimida que suscitou investimentos, inicialmente voltados para a indústria leve de bens de consumo, pela mobilização da *capacidade ociosa* na agricultura exportadora de caráter feudal-mercantil, cuja *cissiparidade*²⁷ promoveu a formação de um *capital industrial nacional*:

o aproveitamento da capacidade ociosa se fez de maneira muito incompleta e à custa de grandes perdas, mas o fato histórico é que se fez. A mão de obra que era empregada, antes, na produção de excedentes invendáveis de café, foi gradualmente transferida para as cidades, para ser paulatinamente absorvida na construção civil e na formação do capital industrial (RANGEL, 2012a, p. 581).

²⁶ Como a transição ou não para a quarta dualidade não será objeto deste artigo, fica em aberto a tarefa de identificar o período final da terceira dualidade, ou de determinar se de fato ela já se encerrou.

²⁷ Guimarães (1998) argumenta que, nas transições de dualidade, a antiga classe hegemônica no pacto da dualidade decadente racha em duas partes: uma progressista, que comporá o pacto da dualidade seguinte, e outra reacionária, fadada ao desaparecimento, fenômeno que Guimarães chama de cissiparidade. No caso da transição da segunda para a terceira dualidade, a formação da classe capitalista industrial propriamente dita conta com a presença de elementos da burguesia comercial da segunda dualidade, que havia empreendido uma substituição de importações de caráter pré-industrial e artesanal nas grandes cidades brasileiras, além de quadros da elite feudal, que se torna hegemônica a partir da terceira dualidade.

A demanda suscitada pela compressão da balança comercial também levou ao aproveitamento da capacidade ociosa instalada no setor semiartesanal formado no final da segunda dualidade, como Rangel comenta:

O fato de a industrialização brasileira haver começado pelo Departamento II, com a indústria leve à frente [...] não quer entretanto dizer que o Brasil não dispusesse de um Departamento I próprio, mas, simplesmente, que este, sobrevivência do passado esforço de substituição de importações, tinha caráter pré-industrial ou artesanal. [...] Este constava de oficinas mecânicas independentes ou de oficinas anexas a estabelecimentos industriais ou dos serviços de utilidade pública a cargo de concessionários estrangeiros, ou ainda em serviço de apoio aos estabelecimentos militares de terra e mar. As primeiras indústrias leves criadas — fossem fábricas têxteis ou usinas de açúcar — tinham todas esses anexos pré-industriais, formalmente destinados à prestação de serviços de manutenção. Ora, tais oficinas de manutenção extrapolavam, não raro, sua destinação original, contribuindo eficazmente para o crescimento do capital fixo do parque (RANGEL, 2012a, p. 716).

*A teoria da dualidade brasileira procura enfatizar o modo ativo e particular como a formação econômico-social brasileira responde aos estímulos emanados do centro capitalista mundial na forma de ciclos longos, que na classificação canônica de Kuznets (1940) são os *ciclos de Kondratiev*, cuja duração é de aproximadamente 50 anos, divididos em uma fase ascendente e outra descendente, cada uma perdurando cerca de 25 anos*

Isso não quer dizer que as importações não tenham cumprido papel relevante no esforço “autarcizante”, notadamente quando havia o problema de incompatibilidade qualitativa entre demanda e oferta de bens de capital, o que requeria a importação de bens específicos. Aqui cabe destacar a importância de diferentes modalidades de planejamento do comércio exterior, desde as licenças de importação no Estado Novo até as diversas instruções

da Sumoc (Superintendência da Moeda e do Crédito), que canalizavam as escassas divisas para a aquisição dos bens necessários ao mesmo tempo que protegiam a incipiente indústria nacional.

No entanto, a estrutura arcaica e feudal-mercantil do polo interno afetava de diferentes maneiras o processo de industrialização brasileiro. Em primeiro lugar, a dissolução do “complexo rural” — isto é, a contínua expulsão da população rural para as cidades, à medida que os estabelecimentos agrários abandonavam as atividades não agrícolas e se especializavam — criava um exército industrial de reserva exorbitante, que poderia estimular as firmas a adotar funções de produção trabalho-intensivas (de baixa COC). Nesse sentido, a legislação trabalhista no início da terceira dualidade cumpriu um papel central em incentivar o aumento do COC, elevando sobremaneira a capacidade de barganha do proletariado industrial, o que estimulava a compra de maquinaria. Em segundo lugar, o já comentado crônico subconsumo popular impunha uma dinâmica focada em investimentos, que por sua vez criavam maior capacidade ociosa. Dada a carência da economia nacional de diversos segmentos econômicos, a conjugação desses dois elementos engendrou uma dinâmica na qual passou a haver por todo o processo de industrialização da terceira dualidade duas repartições econômicas, que se alteravam ao longo do tempo, mas sempre existindo como par de opostos: uma com excesso de capacidade ociosa e outra com insuficiente capacidade instalada (antiociosidade).

Portanto, o desenvolvimento da terceira dualidade dependia de mecanismos que operassem essa *dialética da capacidade ociosa*. A cada ciclo médio brasileiro, de duração aproximada de dez anos, denominado de *Juglar*²⁸ no jargão que Rangel absorveu de Kuznets e Schumpeter (JABBOUR, 2017), o pacto de poder feudal-industrial precisava realizar inovações jurídico-institucionais que destravassem a acumulação nacional. O principal exemplo dado por Rangel foi a *correção monetária*, implementada pelo Paeg no governo Castello Branco, que permitiu a venda parcelada de bens de consumo duráveis.

Outro mecanismo que operou essa dialética por quase toda a terceira dualidade foi a inflação crônica e praticamente institucionalizada por todo o período desenvolvimentista. A obra-prima do pensador maranhense, de 1963, se debruça especificamente sobre esse tema. A estrutura mercantil do lado externo do polo interno funcionava, para todos os efeitos, como um monopólio de intermediação dos bens agrícolas que compunham a cesta de bens-salário dos trabalhadores. Ao aumentar artificialmente o preço desses bens-salário acima de seu valor, diminuía a procura por bens de maior elasticidade-renda da demanda, que formavam estoques nas empresas. Essas empresas, por sua vez, corriam aos bancos atrás de empréstimos, o que, por seu turno, pressionava o Banco do Brasil, à época emissor de moeda, por redescontos de seus títulos comerciais. Esse mecanismo, agravado sobremaneira durante as fases recessivas dos *juglares* nacionais (usualmente nos cinco primeiros anos de cada década), provocava um *aumento endógeno da massa monetária*, engendrando uma dinâmica na qual a inflação apresentava correlação negativa com a conjuntura econômica, denominada de “curva de Rangel”. A inflação, ao deprimir a preferência pela liquidez em sentido keynesiano, aumentava a taxa de *imobilizações*, conceito que em Rangel é bastante alargado, contemplando, além dos investimentos propriamente produtivos, bens de consumo duráveis como imóveis e outros, a fim de constituir reserva de valor. Essas “imobiliza-

²⁸ Rangel (2012a, p. 697) credits a Celso Furtado a noção da formação de ciclos juglarianos endógenos nacionais a partir da Revolução de 1930.

ções” não só impediam uma queda ainda maior da demanda agregada nas fases recessivas dos *juglares* como ainda aumentavam a capacidade ociosa nacional.

Por fim, em “Elementos de economia do projetamento”, Rangel (2012a, p. 355-446) ressalta a importância da chamada “assimetria básica do projeto”. Isto é, considerando os dois departamentos dos esquemas marxianos de rotação do capital, o projeto (no sentido de uma grande imobilização, como a implementação de uma fábrica ou uma hidrelétrica) absorve produtos sem os devolver para a economia ao longo do processo de sua constituição, que o economista maranhense comenta sob a ótica do custo de oportunidade:

Ao tomar a forma de inversão em um projeto [...] a formação do capital supõe [...] certo *aprazamento do consumo*. Noutros termos, a utilidade alternativa contida nos fatores usados na produção do bem de capital será transitoriamente *esterilizada*, pois só paulatinamente irá fluindo para se tornar disponível para a sociedade [...]. Decorre, pois, certo lapso de tempo, mais ou menos longo, entre o momento em que é produzido o bem de capital e aquele em que a sociedade receberá como produto final a utilidade cujo suprimento se tenciona assegurar (RANGEL, 2012a, p. 423).

Foto de Lênin colorizada por Olga Shirmina (<https://www.romanovs.eu>)



4. LÊNIN E A AUTONOMIA RELATIVA DOS DOIS DEPARTAMENTOS EM SUA CRÍTICA AOS *NARODNIKS*

O debate acerca da realização de valor nos países periféricos de crônico subconsumo popular é, de certo modo, fundador da economia política marxista do desenvolvimento. Lênin (1982) debruça-se exaustivamente sobre esse tema em suas polêmicas com os *narodniks*²⁹, grupo político cujo programa passava pela avaliação de que a comunidade campesina tradicional russa, a *mir*, poderia agir como uma ponte entre o feudalismo particular daquela nação eurasiática e um socialismo agrário compreendido pela ótica do consumo. Essa visão

²⁹ Embora a tradução consagrada para o nome desse grupo político seja *populistas*, neste artigo vamos manter o termo no original russo a fim de não o confundir com o conceito homônimo empregado fartamente pela ciência política nacional para descrever fenômenos de massa no Brasil.



Fotos: Acervo Biblioteca do Congresso Americano

Família de camponeses russos por volta de 1912 Semeadura de batatas nas proximidades do rio Volga em 1910

era lastreada na ideia de uma igualdade social tradicional na *mir*, cuja oposição ao “capitalismo ocidental” seria o esteio da luta popular no império eurasiático. O argumento de Lênin se centra na desagregação processual dessa comunidade tradicional a partir das reformas na Rússia czarista de meados do século XIX³⁰, na conseqüente formação da divisão social do trabalho baseada no mercado e, por conseguinte, na conformação do trabalhador duplo livre, que se reproduz pela venda de sua força de trabalho e pela aquisição de seus meios de subsistência.

O líder bolchevique divide classicamente o valor da mercadoria em três componentes: 1) compensação pelo capital constante consumido *pro rata*; 2) compensação pelo capital variável; 3) mais-valor, de propriedade do capitalista. Tanto Lênin como os *narodniks* concordavam que nem todo mais-valor poderia ser dissipado pelo consumo dos capitalistas, o que, na visão dos *narodniks*, ofereceria problemas para sua realização. Para os *narodniks*, as duas primeiras parcelas poderiam ser realizadas internamente na economia nacional russa. No entanto, o mais-valor, dado que o mercado interno “se reduz às ruínas do campesinato russo” (LÊNIN, 1982, p. 17), só poderia ser realizado no comércio externo e, levando-se em consideração as dificuldades para tanto, o capitalismo na Rússia czarista careceria de bases sólidas.

A refutação feita por Lênin parte justamente dos esquemas de rotação do capital marxiano:

[Os economistas *narodniks*] repetem os velhos erros que foram amplamente refutados no Livro Segundo de *O Capital*. Os dois [economistas *narodniks*] reduzem todo o problema da realização do produto à realização da mais-valia, imaginando, ao que tudo indica, que a realização do capital constante não oferece dificuldades. Essa concepção falsa leva implícito o mais profundo erro, e deste decorreram todos os erros posteriores da teoria populista [*narodnik*] da realização. De fato, o difícil no problema da realização é precisamente explicar a realização do capital constante. Para ser realizado, o capital

³⁰ Cumpre destacar o papel, ressaltado por Lênin, das derrotas militares russas contra as potências ocidentais, que levaram a elite russa a patrocinar reformas modernizantes, a fim de fortalecer geoeconomicamente a nação eurasiática.

Reprodução: <https://histrfr.ru/>

Reunião do grupo Terra e Liberdade, liderado por revolucionários russos (segunda metade do século XIX) chamados de *narodniks*. Eles formavam um grupo político composto de populistas defensores do socialismo agrário

constante deve ser reinvestido na produção, o que só pode efetivar-se diretamente para o capital cujo produto consiste em meios de produção. Se o produto que compensa a parte constante do capital consiste em artigos de consumo, sua reversão direta à produção é impossível: faz-se necessária a *troca* entre a seção da produção social que fabrica os meios de produção e a que fabrica os meios de consumo (LÊNIN, 1982, p. 17).

Ainda nessa mesma discussão, Lênin destaca a autonomia relativa do departamento I em relação ao consumo popular, dada a premissa da acumulação geral no sentido de aumento da COC, que requer um crescimento superior do departamento de bens de capital em relação ao departamento de bens de consumo:

a extensão do mercado interno para o capitalismo é, até certo ponto, “independente” do crescimento do consumo individual, destinando-se mais ao consumo produtivo. Mas seria um erro interpretar essa “independência” como uma separação total entre o consumo produtivo e o consumo individual; o primeiro pode e deve crescer mais que o segundo (e a isso se reduz aquela “independência”), mas é claro que, no final das contas, o consumo produtivo sempre se liga ao consumo individual (LÊNIN, 1982, p. 23-24).

Desse modo, a demanda agregada poderia ser sustentada pelos investimentos, mas até um certo limite. Daí a importância do processo de colonização do imenso território russo, que teria o condão de empregar a capacidade ociosa engendrada pelo esforço industrializante, sobretudo levando em consideração que as regiões de recente colonização na nação eurasiática apresentavam elementos feudais minguantes se comparadas às de ocupação mais antiga.

Resta a questão da composição natural do produto, distinta entre os dois departamentos fundamentais (isto é, pela ótica do valor de uso qualitativamente distinto). Antes de introduzir essa problemática, é mister destacar que, do ponto de vista da reprodução simples, a condição de equilíbrio se expressa na igualdade entre a produção total do departamento I em relação às compras desses produtos pelo departamento II, que no caso em tela meramente reproduz o capital constante anterior deste segmento da economia nacional (o de bens de

consumo). Convém lembrar que nos capítulos finais do livro 2 de *O Capital* (MARX, 2014) os esquemas ganham complexidade pela cisão do departamento I em dois subdepartamentos: um que produz os bens de capital para o próprio departamento I, e o outro, que produz os bens que entram no capital constante do departamento de bens de consumo. Marx enfrenta a problemática da composição natural do produto nos manuscritos reconstruídos pela edição de Engels, compondo o capítulo 21 do supracitado volume, no qual o pensador alemão foca a conversibilidade parcial da produção dos dois subdepartamentos de bens de capital:

Na reprodução simples, foi pressuposto que todo mais-valor I era gasto como renda, ou seja, em mercadorias II; ele consistia apenas, portanto, dos meios de produção que devem repor novamente o capital constante IIc [bens de capital empregados no setor de bens de consumo] em sua forma natural. Para que possa operar a transição da reprodução simples à reprodução ampliada, a produção do setor I tem, pois, de estar em condições de produzir menos elementos de capital constante para II, mas a mesma quantidade de elementos a mais para I. Essa transição, que nem sempre se realiza sem dificuldade, é facilitada pelo fato de que certa quantidade de produtos de I pode servir como meios de produção para ambos os setores (MARX, 2014, p. 603).

5. LEITURAS CRUZADAS E CONCLUSÃO

Como já dissemos acima, *Imperialismo y dependência*, de Santos (2011), torna bastante mais complexo o esquema “dependentista”, sobretudo pela discussão do papel da empresa transnacional e sua relação com a economia-hóspede. Diferentemente de *Dialética da dependência* (MARINI, 2011a), obra segundo a qual os países periféricos respondem somente passivamente aos estímulos emanados do centro capitalista, o desenvolvimento terceiro-mundista assume ali um perfil um pouco mais ativo, por meio da categoria de “capitalismo de Estado”³¹. Nesse sentido, estabelece-se uma distinção bastante acentuada desse grupo de grandes empresas em relação às suas antecessoras, constituintes das chamadas de “economia de enclave”. Nessa segunda categoria, cujo exemplo paradigmático é a United Fruit, a companhia estrangeira praticamente não estabelece vínculos com a economia-hóspede, levando todo o seu capital fixo em caso de realocamento (a United Fruit levava consigo até mesmo os trastes dos trilhos do trem, quando se realocava). Não só do ponto de vista do capital constante: até mesmo o capital variável não era adquirido na economia-hóspede, uma vez que muitos trabalhadores eram trazidos da nação matriz. Do ponto de vista de seu faturamento, a “economia de enclave” deslocava-se para o Terceiro Mundo somente a fim de adquirir matérias-primas ou explorar serviços de utilidade pública (como eletricidade). A transnacional do período desenvolvimentista, ao contrário, não só se desloca para a periferia capitalista com o intuito de produzir bens de consumo para a venda na economia-hóspede, como é de certo modo “forçada” pelas “tecnoburocracias” nacionalistas a realizar compras na esfera da economia nacional. No entanto, seu sentido fundamental segue o da passividade terceiro-mundista, sobretudo no que tange ao departamento I, mais intensivo em tecnologia:

Se as economias dependentes pudessem obter um alto grau de autonomia produtiva e desenvolver um importante setor (de máquinas e matérias-primas industrializadas), o capital estrangeiro perderia sua capacidade de determinar o caráter de seu desenvolvi-

³¹ Rigorosamente, a aplicação dessa categoria leninista por Theotonio foi equivocada, porém isso não será objeto do presente artigo.

Como Soares (2014) ressalta em sua comparação de Delfim Netto com Rangel, a operacionalização da dialética da capacidade ociosa tinha um limite, para o pensador maranhense. Portanto, sua visão sobre o capitalismo confere centralidade ao problema do *desemprego* tanto da classe trabalhadora como do capital, elemento central para a acumulação geral

mento, convertendo-se em uma expressão puramente artificial que mais tarde poderia ser destruída, fazendo desaparecer a relação de dependência. Por essa razão, e pela própria lógica de seus interesses imediatos, o capital internacional busca orientar o desenvolvimento econômico dos países dependentes para setores voltados para o mercado internacional ou para classes de alta renda, que consomem produtos mais sofisticados (SANTOS, 2011, p. 111, tradução nossa).

Borges Neto (2011) propõe uma revisão da teoria “dependentista”, mas que mantém o sentido fundamental desta. Partindo da teoria do valor, Borges Neto mostra que a explicação de Marini para a deterioração dos termos de intercâmbio não pressupõe a transferência de valor por meio da diferença entre valor e preço das mercadorias de maior tecnologia agregada. Basta enfatizar a diferença entre valor social e valor individual das ditas mercadorias, no qual a hora de trabalho concreto dos operários do Primeiro Mundo corporifica mais trabalho abstrato do que a dos do Terceiro Mundo. Com isso, a condição de equilíbrio precário do capitalismo mundial, o recurso ao comércio mundial como causa contra-arrestante da lei tendencial de queda da taxa de lucro, sustenta-se, bem como outros elementos da teoria “dependentista”, com destaque à explicação da superexploração calcada na deterioração supracitada. Mesmo a transferência de valor segue válida, mas é deslocada da posição de centralidade que possui em *Dialética da dependência* para a de importância acessória, e fundamentada em mecanismos³² fora do mercado “clássico”, tais como pagamentos de *royalties*, assistências técnicas, sobrefaturamento, marcas etc.

À primeira vista, salta aos olhos a coincidência no diagnóstico e no esforço teorizante de ambos os autores no que toca ao problema do subconsumo popular como contradição central do desenvolvimento capitalista brasileiro enquanto formação econômico-social periférica. De maneira análoga, tanto Rangel como Marini concordam parcialmente no recurso ao comércio exterior para a aquisição de capital constante, tanto na forma de maqui-

32 Note-se que tais mecanismos foram bem descritos por Theotonio dos Santos em sua multicitada obra.

naria como de produtos semielaborados. Em “Desenvolvimento e projeto”, de 1956, Rangel (2012a, p. 203-284) compara o desenvolvimento do Brasil com o dos países socialistas; para os segundos, foi necessária a formação prévia do departamento I, haja vista seu desligamento parcial do comércio exterior³³. Já no caso brasileiro, cujo desenvolvimento histórico está umbilicalmente ligado à própria formação do comércio internacional, os bens de capital podiam ser importados, daí a “inversão” com a formação, primeiro, do departamento II, e só bem mais tardiamente, do departamento I. No entanto, enquanto para Marini as compras de capital constante na economia nacional são relativamente secundárias, em Rangel assumem papel de destaque, como próprio elemento sustentador da demanda agregada em uma economia com baixa propensão ao consumo.

Outro elemento bastante distinto entre os dois autores é a exportação de manufaturados pelo Brasil para outros países terceiro-mundistas. Enquanto para Marini isso conformaria um “novo anel da espiral” da nova divisão internacional do trabalho, “suprassumindo” o todo mundial de “desenvolvimento do subdesenvolvimento” por meio do fenômeno do subimperialismo³⁴, em Rangel esse movimento para fora sustentaria a demanda agregada nacional, o que exigira a planificação do comércio internacional. Ademais, mesmo sua proposta de formação de um “capital financeiro hilferdeguiano” nacional para operar a dialética da capacidade ociosa nos investimentos em serviços de utilidade pública em sua obra da maturidade presumia esse controle nacional sobre o comércio externo. Essa planificação seria realizada por meio de acordos bilaterais com outros países periféricos, com compras nesses países, inclusive com multipolaridade monetária, escapando ao padrão do dólar flexível e estabelecendo um modelo de relações geoeconômicas Sul-Sul.

Por fim, a maior diferença entre os dois autores reside na visão de ambos a respeito da contradição central do capitalismo. Como Marini (2011b) deixa explícito em seu segundo *post scriptum* para *Dialética da dependência*, o ponto central de sua *magnum opus* é demonstrar que o aumento da produtividade e o aumento da exploração andam juntos. Logo, a ênfase recai sobre a exploração do trabalhador. Por outro lado, como Soares (2014) ressalta em sua comparação de Delfim Netto com Rangel, a operacionalização da dialética da capacidade ociosa tinha um limite, para o pensador maranhense. Portanto, sua visão sobre o capitalismo confere centralidade ao problema do *desemprego* tanto da classe trabalhadora como do capital, elemento central para a acumulação geral. Abre-se espaço, assim, para linhas de investigação versando sobre conflitos geoeconômicos em uma economia política mundial determinada pela lei tendencial de queda da taxa de lucro (SILVA; PUIA, 2021).

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Mundial da Universidade Federal do ABC (UFABC).

► Texto recebido em 1º de julho de 2022; aprovado em 7 de julho de 2022.

33 É interessante comparar essa distinção com a descrição de Fernandes (2017) a respeito da industrialização soviética. Muito mais do que diretrizes ideológicas, foram imperativos práticos advindos da conjuntura geoeconômica e geopolítica do contexto revolucionário que levaram a economia soviética a uma trajetória de “economia administrada”, principalmente em razão do embargo patrocinado pelas potências imperialistas.

34 As teorizações a respeito do subimperialismo comportam muitas vezes uma excessiva ossificação da estrutura mundial, que não permite graus de liberdade e de manobra num contexto geoeconômico bastante complexo. Para críticas neste sentido, conferir Nogara (2020).

BORGES NETO, João Machado. Ruy Mauro Marini: dependência e intercâmbio desigual. **Crítica Marxista**, n.33, p. 83-104, 2011.

FERNANDES, Luis. **A revolução bipolar**: a gênese e derrocada do socialismo soviético. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2017.

FRANK, André Gunder. Desarrollo del subdesarrollo. **Pensamiento Crítico**, n. 7, p. 159-172, Habana, agosto de 1967.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento; Contraponto, 2016.

GUIMARÃES, César. Notas sobre as raízes e originalidade do pensamento de Ignácio Rangel. In: MAMIGONIAN, Armem; REGO, José Marcio (Org.). **O pensamento de Ignácio Rangel**. São Paulo: Editora 34, 1998.

JABBOUR, Elias. O marxismo e outras influências sobre o pensamento de Ignácio Rangel. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 3 (61), p. 561-583, dez. 2017.

KUZNETS, Simon. Schumpeter's business cycles. **The American Economic Review**, v. 30, n. 2, part 1, p. 257-271, Jun. 1940. Disponível em: <www.jstor.org/stable/1807049>. Acesso em: 30 jun. 2022.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. Tradução José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011a. p. 131-172.

MARINI, Ruy Mauro. Sobre a dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011b. p. 173-186.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017a.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 2: O processo de circulação do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 3: O processo global da produção capitalista. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017b.

MARTINS, Carlos Eduardo. Prólogo. In: SANTOS, Theotonio dos. **Imperialismo y dependencia**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011. p. IX-XXXVI.

NOGARA, Tiago Soares. Crítica ao conceito de subimperialismo: a dimensão sul-americana da política externa brasileira e as limitações das análises dependentistas. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v. 9, n. 17, p. 506-534, jan.-jun. 2020.

RANGEL, Ignácio de Mourão. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento; Contraponto, 2012a. v. 1.

_____. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento; Contraponto, 2012b. v. 2.

SANTOS, Theotonio dos. **Imperialismo y dependencia**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.

SILVA, Arthur Porto P. da; PUIA, Gabriel L. Duccini. Queda da taxa de lucro e subdesenvolvimento: uma resenha bibliográfica. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 8., Belo Horizonte, 27 jul. 2021. **Anais...** Belo Horizonte: ABRI, 2021. Disponível em: <www.encontro2021.abri.org.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyl7czoZNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSU-ZPljtzOjQ6IjUwNTEiO30iO3M6MT0iaCI7czoZMjoiMTdlYmZhOWVhZGYzMDJiNmQ2M2U1ZjViZDBmMG-QyMTYiO30%3D>. Acesso em: 30 jul. 2022.

SOARES, Paulo de Tarso Leite. Convergências entre Ignácio Rangel e Delfim Netto: uma análise com base em Lênin. In: HOLANDA, Felipe M. de; ALMADA, Jhonatan U. P. Sousa de; PAULA, Ricardo Z. Affonso de (Org.). **Ignácio Rangel, decifrador do Brasil**. São Luís: Edufma, 2014.

TAVARES, Maria da Conceição; SERRA, José. Além da estagnação. In: TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**: ensaios sobre economia brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.